



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Rayane Kassia Macena de Freitas ¹
Kadja Michele Ramos Tenório ²

RESUMO

O Programa de Residência Pedagógica lançado pelas Capes em 2018, integra a Política Nacional de Formação de Professores e possibilita a vivência teórico-prática de estudantes dos cursos de licenciatura com a docência a partir do vínculo sistemático com o cotidiano escolar. Durante a graduação esta experiência é oportuna para compreensão do próprio trabalho docente que é envolvido por complexidades e desafios que requer a preparação de profissionais para transitar nas mudanças, incertezas e adaptações da profissão. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo relatar as possibilidades e os desafios da participação durante 18 meses no subprojeto Educação Física da Universidade de Pernambuco vinculado ao Programa de Residência Pedagógica para a formação de uma professora de Educação Física. A estruturação do programa em: ambientação, imersão, regência, avaliação e socialização, permitiram a imersão integral com a comunidade escolar. As possibilidades em torno da vivência para o percurso formativo relacionaram-se à oportunidade de conhecer o campo de atuação profissional e poder materializar o ato pedagógico diante de estudos e apropriações de documentos, realização de planejamentos, sistematização dos saberes da cultura corporal de movimento, este é o objeto indicado na base nacional comum curricular que alicerça o programa, troca de experiências entre os pares e o desenvolvimento de produção acadêmica em diálogo com o trabalho que estava sendo realizado. Quanto aos desafios, compreendemos que a experiência apenas com um único segmento não contemplou a totalidade de atuação possível na educação básica, também lidar com a prática hegemônica do conteúdo esporte foi um complicador, pois os outros conteúdos ficavam em detrimento quando comparado ao trato da escola com esse. Logo, o programa é uma iniciativa formativa que assume função social perante as significações, dicotomias e desafios da profissão docente, devendo auxiliar os futuros professores a refletirem criticamente sobre o seu campo de trabalho.

Palavras-chave: Formação de professores, Residência Pedagógica, Educação Física escolar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se origina de um relato de experiência apresentado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso e tem o objetivo de relatar as possibilidades e os desafios da participação como residente durante 18 meses no Programa de Residência Pedagógica (PRP) ofertado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Tal participação aconteceu em uma escola de ensino militar a partir do subprojeto Educação Física ofertado pela Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (ESEF/UPE).

¹ Mestranda do Curso de Educação Física da Universidade de Pernambuco - UPE, rayane.freitas@upe.br;

² Professora orientadora: Doutora em Educação Física, Universidade de Pernambuco - UPE, kadja.tenorio@upe.br.



O PRP lançado em 2018 pela Capes em parceria com o Ministério da Educação integra a Política Nacional de Formação de Professores e apresenta-se enquanto uma política pública educacional que intenta “apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (CAPES, 2018a, p. 1). Desse modo, ao permitir a articulação entre escolas de educação básica e universidades, o PRP possibilita a vivência teórico-prática de estudantes dos cursos de licenciatura com a docência a partir do vínculo sistemático com o cotidiano escolar.

Experiências como a promovida pelo programa são oportunas durante a formação inicial para a compreensão do próprio trabalho docente que é envolvido por complexidades e desafios que requerem a preparação de profissionais para transitar nas mudanças, incertezas e adaptações da profissão. Conforme Imbérnon (2011) a profissão docente tem lidado cada vez mais com mudanças que exigem a capacitação de professores/as para assumir novos saberes profissionais, pedagógicos, científicos e culturais necessários as demandas postas ao trabalho docente.

Ao aderir o PRP, a UPE relaciona-o as diretrizes da sua política institucional de formação de professores nas licenciaturas, atribuindo equivalência da participação no PRP aos Estágios Supervisionados (ES) ofertados pela instituição. A mediação do PRP no processo de ES tornou a experiência com a prática docente um campo de possibilidades e desafios a partir da leitura da realidade do que é ser professor/a.

Para essa leitura, vivenciamos etapas proporcionadas pelo programa a partir de sua estruturação. Tais etapas foram os momentos de ambientação, imersão, regência, avaliação e socialização das experiências. Durante essas etapas foi possível a partir da ambientação e imersão ampliar o conhecimento acerca da realidade escolar, com a regência realizar as intervenções pedagógicas e na avaliação e socialização tratar das ações realizadas ao longo da participação no subprojeto.

Além disso, contamos com a troca constante entre os/as seguintes participantes: os/as estudantes do curso de licenciatura denominados pelo PRP como residentes que foram responsáveis pela atuação com a prática docente; os/as professores/as da Educação Básica reconhecidos/as pelo PRP como preceptor/a, que orientavam as intervenções e fomentavam discussões sobre a prática pedagógica; a docente orientadora, que era docente da instituição de ensino superior que aderiu o PRP e realizava o gerenciamento do que é constituído no processo enquanto locus de atuação; e a coordenadora institucional que foi responsável por instituir os projetos para o PRP, planejando as ações a partir da política institucional.



Desse modo, ao tematizar o relato de experiência destacaremos as discussões acerca das possibilidades e dos desafios do PRP para a formação inicial em Educação Física, pois o programa é uma iniciativa formativa que assume função social perante as significações, dicotomias e desafios da profissão docente, devendo auxiliar os/as futuros/as professores/as a refletirem criticamente sobre o seu campo de atuação.

METODOLOGIA

O trabalho foi composto a partir do relato de experiência resultado do Trabalho de Conclusão de Curso entregue no término da graduação. Segundo Mussi, Flores e Almeida:

[...] o [relato de experiência] RE em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (experiência distante) (MUSSI, FLORES E ALMEIDA, 2021, p. 5).

Optou-se pela modalidade relato de experiência para a produção por se reconhecer que esse texto permitiu narrar um fato específico sob o ponto de vista da autora que considerou em sua escolha tratar do PRP por ter vivenciado o programa durante 18 meses contínuos e pela influência que a experiência com a atuação docente durante esse tempo teve em seu processo de formação inicial e profissional. Assim, os resultados são seguimento da participação na 1ª edição lançada pelo edital 06/2018 (CAPES, 2018b), onde foram desenvolvidas experiências com a prática pedagógica em Educação Física em uma escola de ensino militar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação de professores/as tem sido objeto de constantes debates no cenário educacional e sociopolítico pela sua importância como um dos elementos que permitem a melhoria da qualidade do processo educacional. É baseado nesse pressuposto que o PRP foi lançado, visando auxiliar a preparação de futuros/as professores/as para apreender os fundamentos e princípios da profissão docente.

Flores (2010) destaca que a formação da identidade profissional docente é mediada por uma natureza complexa em que é preciso aprender os conhecimentos específicos, mas também reconhecer as outras variáveis do ensino e da aprendizagem e destaca que é durante a formação inicial que esse processo de preparação deve começar a ser explorado para que os/as professores/as possam atender as exigências e os desafios do seu contexto de trabalho.



A promoção de programas como o PRP, ao permitir a interação com a prática docente fomenta a aproximação tão preconizada entre a universidade e a escola de educação básica que pode contribuir significativamente na materialização do ato docente e no repensar dos seus desafios. Tais desafios necessitam do comprometimento e da criação de espaços que reafirmem o compromisso social dos/as professores/as. Assim, a UPE ao ofertar no PRP o subprojeto na área da Educação Física, teve como objetivos:

1- Discutir o processo de formação inicial à luz das contribuições que a escola/professor da Educação Básica podem dar para a práxis pedagógica; 2- Identificar o perfil, funcionamento e organização das aulas de Educação Física nas diferentes etapas da Educação Básica no âmbito da escola pública; 3- Caracterizar a prática pedagógica do professor de Educação Física na Educação Básica; 4- Discutir o programa de ensino da escola, reconhecendo suas potencialidades dos planos de ensino, dos anos participantes do Programa de Residência Pedagógica, e apontando possibilidades de qualificação no processo de apropriação dos saberes escolares da Educação Física; 5- Participar ativamente do processo de planejamento das aulas de Educação Física escolar, materializando o planejamento e realizando avaliação do processo de ensino-aprendizagem; 6- Investigar as possibilidades de aproximações/distanciamentos entre a proposta curricular para Educação Física da rede e as orientações da Base Nacional Comum Curricular para esse componente curricular (UPE, 2018, p. 1).

Tais objetivos foram materializados no período de agosto/2018 a janeiro/2020 nos níveis de escolaridade Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio em escolas públicas localizadas no município do Recife e de Olinda com a participação de 24 residentes bolsistas e 1 voluntário, 3 preceptores bolsistas e 1 voluntário e 1 docente orientadora. A escola-campo que é retratada nesse relato se localiza no município do Recife e tem como particularidade ser uma escola de ensino militar em que a atuação majoritária se deu no segmento Ensino Fundamental II.

O trabalho desenvolvido em tal escola-campo transitou entre os desafios e as demandas da formação de professores/as e foi um amplo espaço de construção formativa no processo de compreensão e materialização do ato pedagógico. Nas sessões seguintes, serão apresentadas as possibilidades e desafios dessa vivência:

I – Ambientação

A ambientação foi a etapa inicial promovida pelo subprojeto Educação Física, que trouxe um parâmetro acerca da realidade escolar a partir de reuniões realizadas semanalmente para estudo de documentos, tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola-campo, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e demais documentos que elucidassem a natureza do trabalho pedagógico a ser realizado onde cada residente estaria lotado. Esse momento foi fundamental para entender que cada escola-campo

teria realidades distintas e que a base do trabalho pedagógico começa no reconhecimento do que norteia as práticas educacionais, pois é a partir disso que se constrói o trabalho docente.

No contexto de atuação na qual estava lotada, após a leitura de documentos no âmbito educacional geral, foi possível adentrar nas reflexões acerca do PPP da escola que em suas discussões pouco tratava do componente curricular Educação Física, dando maior ênfase no que diz respeito a área a treinamentos e competições, o que gerou dificuldades em entender como se materializava as aulas de Educação Física naquele cenário. Nesse ínterim, houve diálogos com os preceptores sobre a instituição e o trato da Educação Física, que no decorrer do período de observação excedeu o que foi destacado nos documentos, elucidando uma Educação Física com a sistematização dos saberes da cultura corporal de movimento e revelando que, apesar de características inerentes a instituição, o componente curricular tinha seu espaço na escola-campo.

O planejamento também foi um assunto presente na etapa de ambientação, uma vez que, esse é um dos instrumentos utilizados durante o trabalho dos/as professores/as. A equipe de residentes divididas em duplas ou trios em cada escola-campo tiveram a oportunidade de planejar as ações alinhados a realidade de cada escola-campo em suas características e adotando as orientações da BNCC como preconizado pelo programa. Desse modo, foi possível reconhecer mais uma dimensão do trabalho docente que é a etapa de organização das ações. O período de ambientação enquanto momento inicial para aproximação das escolas-campo possibilitou identificar o conhecimento e o funcionamento das instituições de ensino, as quais possuem realidades distintas.

II – Imersão e regência

O período de imersão e regência se caracterizou como etapa de ocupar as escolas-campos para reconhecer na experiência o seu funcionamento. No contexto da escola-campo de ensino militar foi possível explorar várias dimensões do âmbito escolar em suas características e complexidades, sobretudo, a sistematização do ensino e da aprendizagem, etapa mais presente no processo.

A escola-campo funcionava com o sistema de rodízio de turmas em que cada sala ficava com um/a professor/a durante o bimestre em diferentes modalidades entre a dança, a luta, o jogo, a ginástica e o esporte. Assim, a cada troca no rodízio era possível ver diferentes conteúdos. Mesmo com essa característica, as aulas eram organizadas de forma progressiva, buscando o retorno dos estudantes para a concretização dos objetivos propostos para cada momento, o que era avaliado de forma processual.



A permanência contínua na escola-campo durante os 18 meses previstos pelo PRP permitiu firmar a relação entre os pares, sobretudo, com os/as estudantes da educação básica nos momentos de intervenção. Em contrapartida, por conta dos preceptores atuarem apenas com o Ensino Fundamental II, as regências ficaram restritas exclusivamente a esse segmento o que foi visto enquanto uma problemática a falta de vivência com os outros segmentos Educação Infantil e Ensino Médio.

Apesar disso, a presença dos preceptores e da docente orientadora foi fundamental por permitir que a troca com esses profissionais tornasse a experiência mais leve com maior amadurecimento do trabalho pedagógico e das relações interpessoais, favorecendo o aspecto emocional e a própria construção da identidade profissional dos/as residentes ao longo das regências.

A infraestrutura da escola foi outra possibilidade na regência, pois o quantitativo de materiais e espaços para a prática pedagógica da Educação Física foram expressivos, o que facilitou o processo de regência e a materialização do planejamento. No entanto, a prática hegemônica do conteúdo esporte durante as aulas foi um complicador, pois os outros conteúdos ficavam em detrimento quando comparado ao trato da escola com esse, o que não permitiu com que a sistematização da dança, ginástica, luta e jogo fossem bem contemplados em sua totalidade.

III – Avaliação e socialização

A etapa de avaliação e socialização permitiu com que ao longo da participação no programa pudéssemos participar de eventos científicos para socializar as experiências desenvolvida durante a passagem pelo programa. Esse momento foi muito importante para que pudéssemos refletir acerca do trabalho que estava sendo desenvolvido e para realizar o diálogo entre a docência e a pesquisa, afinal, os/as professores/as também produzem saberes dentro da sua prática. Ademais, em diversos momentos tivemos a oportunidade de avaliar as nossas ações, a fim de perceber as possibilidades do processo docente, as formas de superar os desafios desse processo e o que poderia ser qualificado no programa enquanto espaço formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente tem ganho centralidade nas discussões, pois é a partir desse processo que se constrói as bases e os saberes necessários para a docência. A promoção de um programa como o PRP torna-se potencial meio para o estímulo de uma práxis pedagógica que o/a professor/a precisa construir ao longo do seu processo profissional enquanto compreensão



e domínio da profissão, mas também reflexão da sua atuação nos variados âmbitos que permeiam o campo escolar.

O PRP ao promover a integração entre a universidade e a escola de educação básica de forma colaborativa é um potencial espaço de desenvolvimento de aprendizagens acerca do trabalho docente e da leitura desse trabalho em suas possibilidades e em seus desafios. Reconhece-se a partir da experiência relatada que a vivência com a prática pedagógica enquanto equivalência do ES foi significativa para futura prática docente.

Mediante as possibilidades e os desafios enfrentados ao longo do processo, foi possível entender que o trabalho docente é permeado por complexidades em que o/a professor/a precisará estar permanentemente organizando. Esse trabalho enquanto uma prática social deve se caracterizar pelo interesse de lidar com a (trans)formação humana.

É partindo desse princípio que entendo que o subprojeto Educação Física ofertado pela ESEF/UPE me deixou como legado enquanto atual professora do ensino público. Esse legado é a atitude crítica, reflexiva e investigativa para lidar com as possibilidades e os desafios de minha prática pedagógica. A participação no programa contribuiu para o entendimento acerca do contexto de trabalho docente que ultrapassa o ato de apenas “dar aula”.

Assim, participar da edição de lançamento foi uma oportunidade ímpar no processo formativo, ainda que se destaque que o programa precisa potencializar o trato com o trabalho docente, buscando superar os seus limites enquanto uma política pública educacional recente e avançar em pautas necessárias e históricas da formação de professores/as que requer o posicionamento crítico-reflexivo, e conseqüentemente, o redimensionamento da formação docente para além de uma formação pautada em uma racionalidade técnica.

REFERÊNCIAS

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Gab. nº 38, de 28 de fevereiro de 2018. **Institui o Programa de Residência Pedagógica**. DF: Brasília, 2018a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital CAPES 06/2018. **Programa de Residência Pedagógica**. DF: Brasília, 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-6-2018-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FLORES, Maria Assunção. Algumas reflexões em torno da formação inicial de professores. **Educação**, v. 33, n. 3, p. 182-188, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84816931003.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.



MUSSI, Ricardo; FLORES, Fabio; ALMEIDA, Claudio. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 1-18, out./dez. 2021. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em: 11 jun. 2022.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Cortez editora, 2011.

Universidade de Pernambuco. Programa Institucional Residência Pedagógica. **Subprojeto Educação Física**. Recife: 2018.